PENSAMENTO, AUTONOMIA E REVOLUÇÃO SOLIDÁRIA: AO MIRO, COM MIRO¹

Roberto Bueno²

INTRODUÇÃO

Este texto busca, modestamente, homenagear o amigo Miroslav. Lançando mão de seu erudito, instigante e sempre vivo pensamento, recorri ao texto de recentíssima publicação no livro “*Tempos excepcionais: a pandemia e a era Covid-19*” (2021) que tive a oportunidade de organizar.³ Miroslav, ou simplesmente “*Miro*”, deixou grande lacuna pessoal e profissional, posto tratar-se de intelectual de apurado preparo, com longa, plural e muito rica experiência acadêmica. Lamentavelmente sua vida foi abruptamente interrompida no apogeu de sua maturidade, tendo ainda pela frente extenso horizonte de colaboração para a formação das jovens gerações. A caminhada de “*Miro*” foi interrompida como a de centenas de milhares de brasileiros(as), ceifadas pelo contágio da Covid-19, alvo de sua crítica em trabalho com o qual aqui dialogarei. Neste trabalho Miroslav recorta como objeto as condições de disseminação do vírus, aliás, potencializadas de forma proposital pelo grupo instalado no poder e encarnado na tétrica figura de Jair Bolsonaro e do grupo armado que lhe reserva irrestrito apoio.

Esta intervenção escrita a dedico em homenagem ao colega “*Miro*” Milovic. Na redação deste texto priorizei pensar *com* ele, embora, inevitavelmente, sempre aquém do grande mestre, proposta realizada através do diálogo com um de seus últimos textos – quando não o último – intitulado “*O vírus do capitalismo*” (MILOVIC, 2021), cuja publicação me honrou com a confiança de prepará-lo para a inserção em recente livro trazido à luz recentemente neste ano de 2021.

¹Versão primitiva deste texto foi escrita em evento realizado em homenagem ao Prof. Dr. Miroslav Milovic, falecido em face do contágio da Covid-19.

²Professor Associado II da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFU. Coordenador da Rede Internacional de Estudos Schmittianos (RIES).

³Sem embargo, talvez a melhor forma coletiva de homenageá-lo sempre será recordar cada um dos bons momentos de conversa e convivência, pessoal e acadêmica. “*Miro*” foi companheiro de jornada disposto a compartilhar o melhor de si, personalidade dotada de franca generosidade, algo perceptível pelos estudantes e seus colegas, mesmo aqueles que desfrutaram menos intensamente de sua convivência.

1. PROGRESSO COMO AUTONOMIA E INCLUSÃO, NÃO COMO MERA SOBREVIVÊNCIA

No texto “*O vírus do capitalismo*” Milovic (2021)⁴ recorda que ao longo dos tempos a ideia de “*progresso e o sentido da política foi associado à ideia de sobrevivência*”, tema muito sugestivo tantas vezes conectado à ideia de que tal caráter evolutivo seria indissociável de um único modo de organização sociopolítica e econômica. Sob a perspectiva do atual sistema e dos condutores do capitalismo seria este o único e exclusivo modelo de organização, sem o qual, alegadamente, naufragariam inarredavelmente todas e quaisquer expectativas de realização do que qualificam como “*progresso*”. Os condutores do capitalismo propõem que o “*progresso*” se caracterizaria tão somente pelo avanço quantitativo na produção de riquezas, independentemente de sua distribuição social e compartilhamento coletivo equânime dos benefícios.

O modelo capitalista nutre genética aversão por possibilidades de existência humana compatível com a sua versão autônoma enquanto afirmação individual e estendida ao conjunto da sociedade. O modelo capitalista está centrado no processo de concentração de riquezas de forma tão intensa que nada mais reserva do que indiferença pela sorte material do restante da população que não detém o controle dos meios de produção e logra sobreviver unicamente a expensas da venda ordinária de sua força de trabalho. Sob o signo da indiferença, milhões de vidas, mundo afora, são classificadas como meras “*existências de reserva*”, corpos e carnes “*disponíveis*” para imediata apropriação e, logo, desprezáveis para imediata trituração pelo sistema que pauta os rumos do mundo moderno. Neste sistema o incessante incremento da produção e da produtividade expõe o quão certa foi a análise de Gramsci (2017, p.89) a respeito do que identifica ser uma dura corrida na qual “*muitos caem, tornando mais pungente o ímpeto dos sobreviventes, e a massa vivendo sempre em sobressalto, do povo-caos*”.

⁴ No texto “*O vírus do capitalismo*” Milovic (2021) recorta a filosofia política aristotélica, pontualmente, na separação entre a vida biológica e a vida política, tema que permite abertura reflexiva não demasiado explorada no texto em sua vertente relativa às consequências de apropriação da vida biológica por parte da vida política, geradora de nefasto impacto sobre a liberdade de determinação, conducente a aceitação axiomática do mundo empírico como única forma de estruturação da vida.

Acaso seria possível admitir que o mundo moderno é pautado por estes (des)caminhos que Milovic (2021) qualifica como “*estranhos*”? Seriam estes (des)caminhos realmente aptos a promover o “*progresso*”? É possível pensar em “*progresso*” quando está em causa um sistema que, por definição, exclui massiva parte da população? Acaso não seria necessário questionar a viabilidade de propor a compatibilidade do conceito de “*progresso*” quando, paralelamente, o sistema está a operar a criação e manutenção de estruturas jurídico-políticas e econômicas que cristalizam favores e privilégios a número de indivíduos extremamente restrito, situados em posição de controladores do poder econômico e, por conseguinte, do poder político? A resposta negativa é autoevidente, mas não apropriáveis pela maioria da população, posto que o modelo cristalizador de privilégios é oculto pelo Estado burguês que leva a que seus cidadãos se iludam com a possibilidade de “*poder influir no rumo dos acontecimentos*”. (GRAMSCI, 2017, p. 38).

Ao propor a análise do sentido de “*progresso*” Milovic problematiza o real conteúdo do conceito, o seu caráter eventualmente compatível com o de inclusividade ou, contrariamente, com a exclusão, assim como também propõe sua caracterização teórica do ponto de vista da filosofia da história, a saber, a crítica a uma suposta orientação *naïve* linear-evolutiva ou, inversamente, outra que admita possíveis retrocessos qualitativos no que concerne aos estágios civilizacionais alcançados. Considerado o fato da não linearidade dos avanços civilizacionais nem sequer daqueles mais modestos que supostamente encontram-se cristalizados, é indispensável afirmar vias políticas – com repercussões institucionais – para garantir os avanços rumo a democracia popular, e posto que, como reconhecia Horkheimer (2006, p.53) “No es posible concebir sistemas que impidan automáticamente los retrocesos”, então há que energizar a ação política popular.

Os atores comprometidos com os princípios da democracia popular devem marcar suas posições, objetivos e estratégias do ponto de vista prático, empírico, arregimentando massa de indivíduos, sendo esta a base capaz de densificar a reação da institucionalidade em momentos críticos. Esta é a única base sólida sobre a qual a democracia popular pode nutrir fundadas esperanças de manter os seus avanços sob ataque constante. As articulações duradouras e travas fortes o suficiente para aguentar forças reativas que atentam contra os avanços civilizacionais que classificaríamos como “*progresso*” tão somente se encontram no

campo empírico onde habitam as relações políticas, pois são estas que emprestam real conteúdo às formas abstratas das instituições.

Reconhecida a incongruência científica da filosofia da história orientada de forma linear-evolutiva, é imperativo que as forças políticas libertárias – cientes das debilidades e do potencial dos inimigos da democracia – ordenem esforços políticos de forma contínua e incessante, criando diques de contenção para o retrocesso. A mais eficiente matéria-prima para o dique é a mobilização política e clara identificação do inimigo econômico, cuja contenção requer não apenas reforço das instituições, por si só insuficientes, mas da cultura e da ideologia, da consolidação da ação política popular como elemento contínuo. Seu quadro de fundo precisa estar vinculado à materialidade da garantia dos direitos fundamentais do ser humano, cuja articulação não pode ser efetiva sem ser coletiva – via única para conter o potencial risco de fortes retrocessos –, cuja motivação para a ação precisa encontrar sedução suficiente na decisiva fronteira da política com a economia. A prática política mobilizadora da massa pressupõe superar a sua debilidade de conhecer toda a sua potência, tarefa que uma vez vencida, assume a força política que de fato possui, passando a operá-la em favor de seus interesses. Esta é a alternativa para proteger e tentar eficientemente manter o vetor evolutivo da história em seu prumo e rumo.

Qual ou quais as vias para a superação da debilidade da massa em reconhecer em si a força motora da história? Qual ou quais as vias pavimentar para mobilizá-lo o âmago de sistema econômico que em paralelo promove ocultamento das forças condutoras do regime e interdita os canais do diálogo político? Qual ou quais as vias para a mobilização quando é obstaculizada a intermediação de valores e, por conseguinte, a compreensão da atividade política como suavização dos inerradicáveis conflitos que marcam a existência humana? Quais os instrumentos aplicados pela oligarquia para neutralizar toda e qualquer possibilidade de concretização desta “perigosa” mobilização massiva? Proponho estabelecer alguma reflexão sobre isto no tópico seguinte.

2. O SISTEMA NÃO PENSANTE

O sistema de domínio econômico e político que conhecemos como inimigo radical da democracia popular está articulado sobre condições absolutamente distintas e refratárias a tudo quanto diga respeito à autonomia humana. Enquanto

sistema de domínio, aplica instrumentos de ocultação do real e coloca as condições eficientes para a debilidade da massa em reconhecer-se e atuar como o grande ator histórico. Por definição, o sistema de domínio precisa exterminar, sabotar ou, no mínimo, controlar e coordenar desde dentro todas as iniciativas e investimentos políticos populares orientados a fazer triunfar seu modelo social – para redirecioná-los segundo seu interesse –, posto dispor de potencial para colocar em risco diretamente os interesses que a oligarquia visa maximizar e proteger.

A autonomia humana tem como horizonte a concretização de projeto que confronta ao sistema de domínio econômico e político, cujo pressuposto é o *não pensar*. O *não pensar* não equivale à inação, senão que pressupõe o deixar-se orientar, seja pelo instinto e/ou pelo conjunto de estímulos disseminados no meio ambiente da sociedade capitalista através de todos os seus vasos comunicantes, das escolas à mídia, da estrutura e forte propaganda do consumo de mercado aos recônditos do mundo da cultura. Esta é a ossatura do poder que pretende obediência sem dispor de autoridade, cuja resultante não pode ser outra que lançar mão da pura força e violência crua.

O *não pensar* não é incidência histórica fortuita, mas projeto que decorre de proposital *não criação* das condições objetivas para a ampliação das possibilidades de concretização da intimidade, da subjetividade, da arte, da cultura e, portanto, de todo caldo nutritivo da crítica, potencializador da autonomização do indivíduo e de sua melhor descrição do mundo. Milovic (2021) reconhece que sob tais sistemas de dominação a “melhor coisa a fazer é simplesmente *não pensar*”, vale dizer, “fazer” *não pensar*. Tal estratégia é detectável no momento histórico de trânsito para a modernidade, e foi ali, identificou Milovic (2021), que “*paramos de pensar*”. O travamento do pensamento pavimenta a trilha para a ausência da crítica, e sob tal cenário as condições de dominação são maximizadas, tornando-se o próprio ato de *pensar* uma *ousadia* e, no limite, coragem, e quando praticado publicamente é reputado como desafiador ao *establishment*. Portanto, assistia razão a Milovic (2021) ao afirmar que “O sistema precisa de pessoas para mantê-lo e não de pessoas que pensem. É da sobrevivência da modernidade que nossa vida diária se transformou”, e será através da reapropriação da vida do pensamento que lograremos substituir a inércia que interdita e condena a soberania política popular. A interdição imposta pelos controladores do manche sistêmico revela sua indiferença e desprezo pelo povo, elemento letal para a vida política.

Da leitura de Milovic é possível depreender a consequência de que o sistema se tornou o centro da existência humana, e não o instrumento para a sua afirmação e pleno desenvolvimento, através da criação de condições para a melhor versão possível para a existência. O deslocamento da humanidade do centro de preocupações da organização sociopolítica e econômica não pode ser realizada sem a devida cobertura e ocultamento que desarticule a capacidade dos indivíduos de vislumbrar o real e, por conseguinte, sua indignação, motor e chama de reatividade. Para tanto é estratégia da oligarquia o amadurecimento do real à sombra, à revelia de quaisquer controles, tecendo a trama da história sob o desconhecimento da massa que, passo seguinte, sofrerá o impacto deste conjunto de decisões. A estratégia de impor ao real o acobertamento de sua organização pressupõe o desligamento coletivo das condições para o pensamento que tem potencial para desvelá-la.

Cabe questionar a partir das reflexões de fundo de Milovic (2021) se paramos de pensar e se isto conduz as nossas vidas à redução pela busca da sobrevivência ou se, por outro lado, a redução exógena e forçosa de nossas vidas à busca pela sobrevivência nos retira as condições elementares para o pensamento e, conexa e eficazmente, para a (re)ação? A crítica da organização social aponta para a preeminência das forças exógenas determinante da redução da existência à busca pela sobrevivência mas que não interdita a excepcionalidade e a força do arbítrio no mundo, podendo ocorrer o triunfo da virtude do *pensamento contracorrente*, mesmo contra todas as forças exógenas das quais a esfera econômica é a sua mais evidente e sólida rocha cuja lógica de funcionamento opera o giro da máquina do poder, sempre na qualidade de objeto de ocultação por parte de seus executivos e executores.

O “triunfo” da economia não pode ser percebido em sua real essência esmagadora do humano pela opinião pública, em aras de sua eficiência, não deve ser percebido em sua avassaladora força e neste sentido compartilhamos a interpretação de Milovic (2021) de que a “economia [*privada*] não só se tornou parte daquele espaço público – mas *ela o criou*. E acima de tudo, ela o domina”. Mas se a economia fundou o mundo moderno como propõe Milovic (2021), nada justificaria ou legitimaria que por este momento inicial continuasse em posição triunfante no exercício do poder quando os seus resultados são objetiva e indiscutivelmente trágicos e letais para a massa da população da grande maioria dos países que

aplicam o modo capitalista de produção, alternando existências precárias com a luta pela sobrevivência, quando não derrotadas em tal enfrentamento com o sistema e perecendo sob os diversos véus que o sistema impõe às suas vítimas.

A falência do modo capitalista ensejou contemporaneamente a emergência do modelo neofascio-pós-neoliberal-financista que alcançou escala planetária em socorro ao fracasso capitalista. A força neofascista articulou-se com o financismo que não passa de sofisticado modelo extrativista realizado sob modelo de cassino global apoiado nas modernas tecnologias de comunicação digital instantânea. A lógica filosófico-política e econômica por trás desta operação mantém viva a tradição científico-social de Karl Marx, destacado por Milovic (2021) como a mente que explicou “O mundo social moderno [que] é uma polarização entre o capital e o trabalho, entre uma burguesia privilegiada e um proletariado desempoderado”. A explicação de Marx mantém inequívoca atualidade mesmo sob tão diferente cenário de desenvolvimento científico e tecnológico, atualidade que se expressa na incapacidade do sistema econômico de incluir nem sequer a solidariedade como elemento nuclear.

3. CAPITALISMO, SOLIDARIEDADE E NAUFRÁGIO NEOLIBERAL

O naufrágio neoliberal contemporâneo sob o modelo capitalista não seduziu para a adoção de projeto equitativo, centralizador do humano e temperado pela solidariedade, senão que radicalizou o projeto de destruição e magnificação do individualismo possessivo que permitiu o avanço do projeto neofascista de poder. Este vicioso e letal projeto encontrou incipiente reflexão em Milovic (2021) ao perceber que as próprias bases liberais são denegatórias da solidariedade, incompatibilidade axiológica logo apropriada pela lógica operativa do capital financeiro.

Marx visibilizou como ninguém a contradição entre classes e sua atualidade revela importância em face do avassalador avanço que já não mais centra fogo nos direitos dos trabalhadores, mas sim contra os direitos humanos e o estágio evolutivo humano. A liquidação do mundo dos direitos já transcendeu os graves limites que a processo civilizatório impôs para a preservação dos trabalhadores, de suas condições de vida, atingindo gravemente o modelo de relações humanas orientadas à restauração e sofisticação da dignidade como balizadora das relações sociais. A

liquidação dos direitos é atentado à livre existência humana sustentada pelo recrudescimento neofascista, cujo exclusivo sentido é implodir os direitos humanos e pavimentar as vias para o extermínio humano em favor da fria contabilidade do capital.

Uma das importantes formas desta ideologia da morte encontrou a sua condição ideal de manifestação estrategicamente mascarada pela eclosão da pandemia da Covid-19. Aliado a isto, o fato do direcionamento do sistema de saúde, *lato sensu*, ademais da pesquisa científica e fabricação de medicamentos estarem ambos direcionados pelo lucro, e não pela prevenção (cf. MILOVIC, 2021), serviram como elementos potencializadores das condições objetivas para a materialização dos propósitos da ideologia da morte em massa. Esta vem servindo como forte instrumento para a minoria na luta de classes contra a massa trabalhadora já fragmentada pelas estratégias aplicadas pelos controladores do manche, embate sempre intensificado através do qual o mundo capitalista vem usurpando a criação da história (cf. GRAMSCI, 2017, p.89), deslocando desta função os seus reais titulares.

Previamente à eclosão da Covid-19 o sistema capitalista neoliberal já desprezava a saúde e as condições de vida da massa trabalhadora, e as observações clássicas sobre as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores durante a Revolução Industrial⁵ foram apenas um dos exemplos históricos já não apenas do grau de exploração humana, mas da disponibilização de corpos e sua existência como se de meras peças de uma sangrenta engrenagem se tratasse. As constantes lutas à morte pelo reconhecimento empírico e jurídico-formal da dignidade humana traduzida em direitos fundamentais foram constantes e o estágio civilizacional posteriormente alcançado tem marcas de sangue em suas origens, mas continua a defrontar com forças hibernantes tentando mover a alavanca da máquina do tempo para trás.

⁵O período de transformações na produção sob a marca das grandes descobertas e o impacto do desenvolvimento tecnológico aplicado ao mundo produtivo teve sua origem na Inglaterra em meados do século XVIII, projetando-se fortemente na sua segunda metade. A posição de potência mundial e metrópole colonial permitiu que os termos desta Revolução Industrial impactassem diretamente na forma de produção de outros países além das colônias da Inglaterra. A cultura de tratamento do humano dentro das engrenagens do processo produtivo tem as suas origens neste momento histórico, e a indiferença do capitalismo, do neoliberalismo e sua versão contemporâneo aqui proposta como neofascio-pós-neoliberalismo financista não apenas carrega esta marca originária como a aprofundou fortemente.

O neoliberalismo foi instrumento ideológico de aplicação econômica, utilizado para sofisticar o argumento que, tal como Cavalo de Tróia redivivo, serviu para ocultar a pura barbárie apresentada sob verniz de cientificidade, apoiado no prestígio de círculos intelectuais chancelados por reconhecidas instituições. Sob a cultura neoliberal os direitos humanos passaram a ser apresentados como “disfuncionais” para o “*progresso*” da sociedade, quando na verdade é disfuncional tão somente para as engrenagens elaboradas para fazer funcionar os interesses da minoria oligárquico-autoritária condutora do neoliberalismo, enquanto os interesses da democracia popular são atacados em sua essência. Exemplo concreto disto é reconhecido por Milovic (2021) ao apontar que “O neoliberalismo provocou o conflito entre a saúde e o lucro, não apenas na esfera da saúde mas também na esfera da educação e da ecologia. A política neoliberal da saúde nos levou a um desastre”, e de tal monta é a destruição provocada que pode substituir a função das guerras, em alta escala utilizadas pelo capitalismo de forma localizada – excetuando os dois conflitos mundiais – para liquidar grande parte das populações e cumprir suas funções de realocação e concentração de recursos e riquezas.

A Covid-19 que vitimou mais do que as quase 600 mil pessoas oficialmente reconhecidas como vitimadas pela doença são a prova concreta do que estamos aqui a tratar da superação do momento de indiferença neoliberal com a vida humana para momento posterior, e mais grave, de organização da morte em massa, vale dizer, do trânsito a momento histórico neofascio-pós-neoliberal-financista. Rigorosamente, o vírus da Covid-19 permitiu a retirada parcial do espesso véu que cobria a horrenda face do neoliberalismo e evidenciasse qual a sua opção em tempos críticos, a saber, não dar passo atrás nem recompor sequer as condições básicas para a vida humana, senão exterminá-la em massa. Esta interpretação dialoga com o reconhecimento de Milovic (2021) sobre a necessidade de “compreender que o mundo neoliberal é o mundo sem legitimidade”, cuja implementação resulta de mobilização política massiva. Este é elemento indispensável da nova democracia popular a fazer reemergir, é a dose de energia suficiente para torná-la algo mais potente para resistir aos periódicos ataques das hibernantes forças da retroação do estágio civilizacional. A reconstrução das bases de legitimidade encetam as melhores condições para a afirmação da equidade e da solidariedade na vida social e política assim como em suas estruturas em matéria econômica.

Milovic (2021) propõe a centralidade do valor “solidariedade” como chave de acesso para que tomemos o mundo como nosso, sendo ela a definir esta apropriação, cuja ausência impede tal retomada. Dentre as lições que a era Covid-19 nos apresenta está a da face mais obscura e horrenda do sistema econômico sob o qual já vivíamos e sob o qual agora tentamos *sobreviver*, tão intensa e explícita é a ganância de seus manipuladores em apropriar-se da máxima quantidade de riquezas possível, ainda quando a expensas de vidas humanas. Este projeto é inconciliável com a afirmação dos direitos humanos fundamentais, que pressupõe a inspiração na equidade e solidariedade como base inspiradora para a estruturação legal, política e econômica de sociedades que pretendam viver sob regime democrático-popular. A equidade e a solidariedade são a fronteira visível entre o mundo democrático e afirmativo dos direitos humanos e o neoliberalismo e seu sucessor histórico, o neofascio-pós-neoliberalismo financista.

Em matéria política não há caminho sem regresso nem marchas atrás cujas vias restem obstaculizadas perenemente para a retomada de avanços civilizacionais, dada a não-linearidade da história. O acionamento de alta voltagem política popular temperada pela união entre equidade e solidariedade prepara trilha para a implementação de projetos políticos genuinamente democrático-populares, e de modo convergente Milovic (2021) aponta para a grande tarefa que nos desafia nesta quadra histórica, a reconstituição de “mundo mais humano, um mundo solidário pois o neoliberalismo não oferece nenhuma solidariedade. Exatamente o contrário”. Inaugurada a modernidade sob o patrocínio da economia foi assim pavimentada a longa trajetória política na qual a democracia perderia continuamente prestígio assim como progressivamente a democracia foi sendo deslegitimada.

Na modernidade a supremacia da economia consolidou-se sobre todas as demais instâncias da vida, impondo sua lógica operativa, incluindo as vidas de milhões de pessoas, algo explicitado pela pandemia da Covid-19, quando o sistema respondeu sem titubeios que entre a lucratividade e a proteção à vida de populações inteiras, que ele opta pela primeira, e sem pestanejar. A imposição da lógica econômica típica do neoliberalismo sobre as demais instâncias da vida não são insuperáveis, senão que, como sugere Milovic (2021), é possível revertê-la pela *energização* da política, e de nossa própria inserção nesta esfera da vida, posto que “O espaço político não é o espaço definido pelo governo neoliberal, seja no Brasil ou em qualquer outro país”(MILOVIC, 2021).

O espaço político não pode ser ocupado pelos atores econômicos, mas sim pelo povo, o soberano, a quem se procura obnubilar apondo a ele espesso véu para evitar o pleno exercício de sua autonomia existencial, pois de outro modo, como reconhecia Gramsci (2017, p.62), restaria desimpedido o caminho para que os homens realizem a si próprios enquanto “artífices do próprio destino”. Isto não ocorre antes que o espesso véu lançado pela oligarquia seja desvaneça e sua função ocultadora do real se esfume, pressuposto para que seja vencida a realidade identificada pelo mesmo Gramsci (2017, p.32) de que “Os destinos de uma época são manipulados segundo visões restritas, interesses imediatos, ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e [que] a massa dos homens ignora pois não se preocupa”. A superação desta realidade é factível através da afirmação empírica recordada por Milovic (2021) de que “A política é nossa, ela nos pertence”, e reapropriar-se dela é o grande desafio e a missão superlativa de nosso tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas linhas de seu instigante texto Milovic (2021) chamava a atenção para a corrente falsificação de que o vírus da Covid-19 infectava a todos(as), sem distinção, nem mesmo de classe social. O autor deixava claro que isto não era assim, senão que em um mundo com a estrutura econômica e política como o nosso, senão que, malgrado potencialmente o vírus atinja a todos(as), indubitavelmente, vitima proporcionalmente a muitos(as) mais pessoas da classe trabalhadora, da qual foi ele próprio, o autor, a seu modo e ofício, um dos seus mais lúcidos membros.

Esta brevíssima reflexão a propus em diálogo com um dos últimos textos de Milovic (2021) no qual afirma sua preocupação com a deterioração das ações políticas repletas de solidariedade, a exemplo do que ocorre na Sérvia com a luta pela preservação meio ambiental e dos agricultores do MST a distribuir alimentos para famílias pobres nas periferias dos centros urbanos. Esta é noção de solidariedade que Milovic (2021) sugere inspirar o caminho para novo e diferente mundo que, malgrado as expectativas, não foi desenhado durante a catástrofe da Covid-19, e que ainda está longe de encontrar o seu momento de estabilização, pois do que se trata é de transição de uma era.

O preciso relojoeiro do universo não é um indivíduo singular, mas a grande coletividade humana. Nela subsistem segmentos de omissos e indiferentes, mas haverá no íntimo o importante questionamento gramsciano (2017, p.32): “Tivesse eu cumprido meu dever, buscado fazer valer minha vontade, o meu conselho, o curso das coisas teria sido o mesmo? Nenhum ou poucos assumem a culpa pela própria indiferença, pelo ascetismo, por não terem oferecido os próprios braços e atividade aos grupos de cidadãos que combatiam para evitar aquele mal e conquistar o bem ao qual se propunham”. A resposta prática a este questionamento gramsciano será dada em tempos extremamente difíceis em que a reação é imperativa dada a letalidade que a indiferença implica. São tempos que impõem o desafio final de retorcer a lâmina que já se encontra próxima de cortar-nos a carne, circunstância decisiva em que são apropriadas as palavras com que nosso querido “Miro” finalizava seu texto aqui citado e com as quais concluiu esta homenagem empunhando a sua bandeira: “*Morte ao Fascismo! Liberdade para os povos!*”

REFERÊNCIAS

BUENO, Roberto. **Tempos excepcionais**: a pandemia e a era Covid-19. São Paulo: Max Limonad, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2017.

HORKHEIMER, Max. **Estado autoritário**. México: Itaca, 2006.

MILOVIC, Miroslav. O vírus do capitalismo. In: BUENO, Roberto. **Tempos excepcionais**: a pandemia e a era Covid-19. São Paulo: Max Limonad, 2021.